

# Capítulo 1

## Seis interpretações sobre o Brasil\*

---

A produção intelectual e o desenvolvimento da formação social brasileira são naturalmente dois fenômenos profundamente interligados. Os intelectuais tentam analisar (e orientar) a sociedade, a qual, por sua vez, os condiciona. E este condicionamento reflete de um lado o imperativo da própria realidade em mudança, de outro os comprometimentos de classe e as opções ideológicas.

A proposta deste artigo é fazer uma análise centrada não no desenvolvimento da formação social brasileira, mas na evolução das interpretações fundamentais sobre essa realidade. Em vez de examinarmos a liquidação da sociedade agrário-mercantil, o período populista e sua crise, a aliança tecnoburocrático-capitalista autoritária e seu colapso, e as perspectivas que se abrem para a sociedade brasileira atual, tentarei analisar as interpretações intelectuais ligadas a essas realidades e suas transformações.

Qualquer classificação das interpretações ou teorias sobre a sociedade brasileira é naturalmente arbitrária. Reconhecendo este fato, creio entretanto ser possível tentar essa classificação na medida em que o debate intelectual no Brasil tem sido bastante rico, expressando bem as contradições existentes na sociedade brasileira. Vejo nos últimos cinquenta anos seis ou sete interpretações conflitarem e se sucederem no cenário intelectual brasileiro. Inicialmente temos (1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos

(\*) Publicado na revista *Dados*, vol. 25, nº 3, 1983.

quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional-burguesa. Esse conflito é superado por uma série de fatos novos que ocorrem nos anos cinquenta e se esgota na Revolução de 1964. Surgem então, de um lado (3) a interpretação autoritário-modernizante própria do novo sistema de dominação, enquanto que os intelectuais de esquerda irão se dividir em três posições nem sempre claramente distintas: (4) a interpretação funcional capitalista, (5) a interpretação da superexploração imperialista, e (6) a interpretação da nova dependência. Finalmente, quando o regime de 1964 entra em crise, a partir de meados dos anos setenta, começa a delinear-se a interpretação do projeto de hegemonia burguesa industrial.

## Os atores

Estas interpretações estão evidentemente relacionadas com as classes e frações de classe em conflito e em associação na sociedade brasileira. Em um primeiro momento é a burguesia mercantil que se divide em um setor exportador e um substituidor de importações. A burguesia mercantil exportadora conflita com a pequena burguesia urbana. Desta nascem, nos anos trinta, a burguesia industrial e a classe “média” tecnoburocrática no quadro da industrialização substitutiva de importações e do crescimento do aparelho burocrático estatal. O populismo é o resultado da aliança destas novas classes com os trabalhadores urbanos, sob a égide do latifúndio voltado para o mercado interno. A crise do populismo e o rearranjo das alianças de classe, excluindo os trabalhadores e fortalecendo os tecnoburocratas militares e os civis planejadores, é a etapa seguinte, marcada pela Revolução de 1964. Esta etapa, afinal, entra em colapso na segunda metade dos anos setenta.

Em todo esse processo temos como atores as classes sociais. É a burguesia mercantil especulativa, a pequena burguesia industrial, a média tecnoburocracia civil e militar, freqüentemente chamada de “classe média”, os trabalhadores urbanos e, como não-atores, os trabalhadores rurais e os marginais urbanos.

Entre esses atores, talvez o mais complexo e mais dividido seja a tecnoburocracia, que faz o seu primeiro ato de presença na história nos anos trinta, mas que somente constituir-se-á em uma classe política e historicamente significativa nos anos cinquenta e principalmente nos anos sessenta. Sua característica comum reside no fato de seus membros não serem proprietários (burgueses), nem

trabalhadores autônomos proprietários (pequeno-burgueses), nem trabalhadores operativos assalariados (proletários), mas serem trabalhadores coordenativos que recebem um ordenado em grandes organizações. São uma classe social na medida em que assumem ou tendem a assumir a propriedade da organização burocrática, definindo-se assim a relação de produção tecnoburocrática organizacional.

Definidos genericamente nestes termos, estes novos atores da história, detentores não apenas de relações de produção mas de uma ideologia própria, os tecnoburocratas ou intelectuais em sentido amplo, incluindo técnicos e administradores, subdividem-se em tecnoburocratas públicos e privados, ou então, segundo outro critério, em civis e militares. Nem todos os intelectuais são tecnoburocratas porque ainda existem intelectuais pequeno-burgueses, que trabalham por conta própria.

Em relação aos demais atores é importante distinguir com clareza a pequena burguesia, relacionada com a pequena produção mercantil, da burguesia. O pequeno-burguês, que existe na sociedade brasileira desde sua formação, participa diretamente da produção e eventualmente emprega trabalhadores assalariados. É o caso do artesão, do pequeno produtor agrícola, do pequeno comerciante e do profissional liberal. O burguês, ao contrário, não participa diretamente da produção. Comanda trabalhadores e uma massa de capital, se for empresário, ou vive de dividendos, juros e aluguéis, se for rentista.

A burguesia, que também existiu no Brasil desde os primórdios da colonização, é a burguesia mercantil especulativa. É a burguesia que se apropria do excedente econômico via especulação, monopólio, favores do Estado, exploração de trabalho escravo, expropriação de camponeses (posseiros). É tanto a burguesia canieira quanto a burguesia do café, ainda que esta represente um estágio mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas. É a burguesia ainda dominante no Nordeste brasileiro e no Centro-Oeste, que serviu de base política para a UDN e o PSD no período 1945-64. É a burguesia que começa a perder poder com a Revolução de 1930, mas que, aliada à burguesia industrial e à tecnoburocracia, a partir de 1964, afinal se conserva no poder até hoje, servindo, especialmente no Nordeste, de base política para a Arena e depois para o PDS. É a burguesia que comanda o capital mercantil, o qual inclui o capital latifundiário, o capital comercial e o capital bancário.

Poderíamos ser tentados a considerar uma burguesia financeira e um capital financeiro no Brasil como um estágio além do capitalismo industrial, mas na verdade o que temos é apenas uma burguesia bancária, cujo capital tem essencialmente a mesma natureza do capital latifundiário e do capital comercial: é acumulado através do processo da acumulação primitiva e não da mais-valia relativa, entendida a acumulação primitiva como o conjunto de mecanismos autoritários e especulativos de apropriação do excedente exceto o mecanismo de mais-valia.

A burguesia industrial, finalmente, é a classe que se apropria do excedente via mais-valia relativa, ou seja, através de trabalho assalariado e de troca de equivalentes. O capital industrial gera a mais-valia através do aumento da produtividade e da exploração dos trabalhadores, aos quais, entretanto, é pago um salário equivalente ao valor da força de trabalho que vendem. Para a burguesia industrial, a violência necessária para a apropriação do excedente é a de assegurar que a força de trabalho seja considerada como uma mercadoria como qualquer outra.

A burguesia industrial começa a ser significativa nos anos trinta no Brasil, mas sempre em uma posição claramente subordinada. No período populista, entre 1930 e 1964, ela está aliada e subordinada às frações não-cafeeiras, orientada para o mercado interno da velha burguesia mercantil. A partir de 1964, quando toda a burguesia se une e se alia à tecnoburocracia, a burguesia industrial é apenas um dos componentes do pacto político autoritário então constituído contra os trabalhadores e as frações progressistas da tecnoburocracia. Só a partir de meados dos anos setenta, depois de um contínuo e explosivo aumento do poder material da burguesia industrial, esta inicia um projeto de hegemonia política.

É claro que a distinção entre o capital mercantil e o capital industrial não é absoluta. Existem muitas áreas cinzentas. Por outro lado, é preciso entender que o que distingue essencialmente um capital do outro não é a área funcional de atividade exercida. Esta é uma classificação histórico-econômica, não uma classificação funcional. Nesse sentido, a agricultura latifundiária de exportação, o grande comércio exportador e importador e sistema bancário eram capital mercantil, mas nem toda empresa agrícola, comercial ou bancária necessita integrar o capital mercantil. Quando a produtividade ou a incorporação de progresso técnico tornam-se atividades dominantes, seu capital passa a ser industrial ou produtivo, em vez de especulativo ou mercantil.

Burguesia mercantil, burguesia industrial, tecnoburocracia e trabalhadores urbanos são os atores das interpretações sobre o Brasil; os intelectuais são seus autores. Como cheguei aos 20 anos na primeira metade dos anos cinquenta, participei, às vezes apaixonadamente, de todo o debate sobre essas interpretações. Por isso não pretendo a neutralidade ideológica ou a isenção emocional, embora não tenha desistido de procurar a objetividade.

## **A interpretação da vocação agrária**

Dois grandes interpretações antagônicas sobre a sociedade brasileira conflitam nos anos quarenta e cinquenta. De um lado temos a interpretação hegemônica da vocação agrária do Brasil, de outro, a interpretação nacional-burguesa.

A interpretação da vocação agrária da sociedade brasileira corresponde à hegemonia da burguesia agrário-mercantil, tranqüila no Brasil até os anos vinte e sob permanente contestação a partir de então. Mas ainda nos anos quarenta e cinquenta era a interpretação ideologicamente hegemônica, apesar do fato de a burguesia agrário-mercantil não controlar mais o Estado com exclusividade desde 1930.

Para essa interpretação o Brasil é o país essencialmente agrícola, é o país cheio de riquezas naturais e de cordialidade, mas tropical e mestiço, portanto, inferior. É o país que Oliveira Vianna vê embranquecer-se (1922). É o país triste e melancólico em uma terra radiosa de Paulo Prado (1928). É o Brasil macunaímico de Mário de Andrade e da pré-revolução burguesa representada pela Semana de Arte Moderna. É o Brasil moderno porque cafeeiro e paulista, autoritário e corrupto mas recuperável através de uma democracia das elites, segundo a visão da família Mesquita, no comando do jornal *O Estado de S. Paulo*, e de Paulo Duarte. É o Brasil ufanista de Afonso Celso. É o Brasil maravilhoso da casa-grande e da senzala, do sobrado e do mocambo de Gilberto Freyre. É o Brasil essencialmente agrícola de Murtinho e de Eugênio Gudín.

A interpretação da vocação agrária, produto de longa dominação agrário-mercantil, cobre um amplo período de tempo, é extremamente variada, constituindo uma violência teórica querer reduzi-la a algumas características essenciais, porque existem pensadores significativos e inovadores, inclusive entre os já citados, e porque surge então toda uma série de pioneiros de uma análise mais

crítica do Brasil, a partir de Euclides da Cunha, de Alberto Torres, de Sílvio Romero e José Veríssimo.

De qualquer maneira, de acordo com a interpretação da vocação agrária, o Brasil não é visto como um país subdesenvolvido, mas como um país rico e cheio de futuro, com uma vocação agrícola definitiva. No plano político o Brasil é visto como uma democracia presidencialista no estilo norte-americano, embora não passe de um regime oligárquico. No plano social é visto como uma sociedade sem conflitos sociais e raciais, embora só a repressão reduza o conflito. No plano cultural, a interpretação da vocação agrária ignora que a cultura brasileira de então de um lado era uma mera cultura ornamental, de salão, desligada do desenvolvimento das forças produtivas; de outro era uma cultura transplantada sem capacidade de formulação teórica original ou crítica.<sup>1</sup>

### **A interpretação nacional-burguesa**

A interpretação nacional-burguesa, que surge nos anos quarenta e alcança pleno desenvolvimento nos anos cinquenta, reflete as mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil principalmente a partir de 1930. É a interpretação do Partido Comunista, e será principalmente a interpretação do Grupo de Itatiaia, que publica entre 1953 e 1955 a revista *Cadernos do Nosso Tempo*, e afinal se reúne no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), que, depois de diversos conflitos internos, é liquidado pela Revolução de 1964. Será também, embora em menor grau, a interpretação dos economistas da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina, da ONU).

O Grupo do ISEB tem algumas figuras exponenciais. Hélio Jaguaribe (1956, 1958a, 1958b, 1962) é o principal cientista político, senão o principal formulador teórico do grupo, mas Ignácio Rangel, economista (1957a, 1957b, 1960, 1963), Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo (1954, 1958, 1960), são também figuras fundamentais. São ainda personagens significativos Roland Corbisier (1958), Cândido Mendes de Almeida (1963), Álvaro Vieira Pinto (1957, 1960) e Ewaldo Correa Lima (1956).

(1) Sobre a interpretação oligárquico-mercantil ver, aqui tratada muito sumariamente, entre outros, Roland Corbisier (1958); Alberto Guerreiro Ramos (1954); João Cruz Costa (1956); Sergio Miceli (1979); Wanderley Guilherme dos Santos (1978: 15-57).

Nenhum desses autores é marxista, embora as influências de Marx sejam claras, especialmente no pensamento de Ignácio Rangel, notável e criativo pensador que monta um modelo particularmente original e dialético do desenvolvimento brasileiro a partir dos conceitos de dualidade básica, ciclos longos, recursos ociosos e inflação de custos. Marxista e indiretamente pertencente ao grupo é Nelson Werneck Sodré, principal intelectual do Partido Comunista Brasileiro, que publica diversos trabalhos através do ISEB (1957a, 1957b, 1959, 1961). Na mesma linha Alberto Passos Guimarães (1963, 1964) faz a análise do caráter latifundiário e monopolista da economia brasileira.

A interpretação nacional-burguesa começa por uma crítica radical da interpretação da vocação agrária. A cultura brasileira é então definida como alienada, heterônoma, transplantada, amorfa, inautêntica, ornamental, marcada pelo complexo de inferioridade colonial. A partir dessa crítica sem dúvida extremamente aguda da cultura oligárquica e semicolonial que dominava o país, os novos intérpretes propõem-se a formular um projeto nacional para o Brasil: um projeto de industrialização e independência política.

Para formular esse projeto parte-se de uma interpretação simplificada e ideologicamente comprometida mas basicamente correta do processo histórico brasileiro até então. A sociedade é dividida em dois grandes blocos. De um lado, a oligarquia agrário-mercantil dominante, aliada ao imperialismo, opõe-se à industrialização brasileira e busca manter o *status quo* semicolonial, semifeudal e primário exportador. De outro lado, sob a liderança de Getúlio Vargas e depois de Juscelino Kubitschek, temos o grupo modernizante: a burguesia industrial nacional, as classes médias técnicas (os tecnoburocratas) e os trabalhadores urbanos, além de frações não exportadoras da velha oligarquia. A liderança desse grupo deveria naturalmente caber, segundo a interpretação nacional-burguesa, à burguesia industrial nascente, que tem como protótipo as figuras de Roberto Simonsen e, em menor grau, de Ewaldo Lodi. É a "burguesia nacional", uma construção mental com uma certa base na realidade, que, segundo a interpretação nacional-burguesa, seria nacionalista, industrializante, moderna socialmente progressista, enquanto a burguesia agrário-mercantil seria tradicional, agriculturista, colonial, antiindustrializante.

Ao realizarem esta análise, os formuladores da interpretação nacional-burguesa estavam ao mesmo tempo constatando e analisando uma realidade, que depois seria chamada de pacto populista,

e de outro lado estavam formulando um desejo ou sendo instrumentos de uma ideologia burguesa. A “burguesia nacional” em conflito com o imperialismo e especialmente o caráter “feudal” da sociedade brasileira até 1930 eram construções ideológicas insustentáveis às quais o Partido Comunista em especial aderiu de maneira decidida nessa época, transpondo assim para o Brasil, de forma mecânica, as etapas da história do marxismo vulgar ou stalinista.

A ideologia nacional-burguesa, entretanto, não era apenas burguesa. Era também uma primeira manifestação da ideologia modernizadora, desenvolvimentista e eficientista, da tecnoburocracia nascente no aparelho do Estado. Os intelectuais que a formulavam, aos quais deveriam ser somados homens como Jesus Soares Pereira, Rômulo de Almeida, Santiago Dantas e também Roberto Campos, eram membros da tecnoburocracia que assumira o comando do desenvolvimento no seio do Estado populista.<sup>2</sup>

É preciso, entretanto, observar que essa descrição de interpretação nacional-burguesa, aliás como a das demais interpretações, é uma generalização que ignora uma série enorme de particularidades. O ISEB, por exemplo, entra em crise e se divide em 1958, a partir da posição crítica e independente de Alberto Guerreiro Ramos, notável sociólogo que adota uma posição de esquerda não-marxista e passa a fazer a crítica do próprio ISEB (do qual, por outros motivos, também se desliga Hélio Jaguaribe), em processo de radicalização política, e do PCB (1961, 1963). Posição até certo ponto semelhante é a de Wanderley Guilherme dos Santos (1963).

Esta interpretação, por outro lado, é contemporânea à análise de dois grandes pensadores brasileiros. São Caio Prado Jr., que faz a interpretação definitiva do Brasil colonial (1933, 1942, 1945), e Celso Furtado (1949, 1954, 1959a, 1961, 1962, 1964), que traz para o Brasil a crítica da CEPAL à teoria neoclássica sobre o desenvolvimento e em especial sobre a lei das vantagens comparativas do comércio internacional, faz a análise ao modelo primário-exportador e mais genericamente do subdesenvolvimento brasileiro, e propõe a industrialização via substituição de importações e planejamento econômico.

As análises de Caio Prado Jr. e de Celso Furtado da economia brasileira, pela sua originalidade e profundidade, constituem-se em

(2) Examinei o aspecto também tecnoburocrático do pacto populista em um trabalho anterior (1977a: 189-193).

paradigmas que não podem ser reduzidos a uma interpretação genérica. A posição de Caio Prado Jr., além de isolada, é antagônica à dos seus contemporâneos, e lhe permitirá depois de 1964 estabelecer as bases de uma nova interpretação sobre o Brasil. Já as contribuições de Celso Furtado, que, inclusive, publicou dois trabalhos pelo ISEB (1958, 1959b), tiveram uma importância decisiva para a interpretação nacional-burguesa. Merece ainda ser citado como uma contribuição isolada da época o trabalho hoje clássico de Raymundo Faoro, de matriz weberiana, *Os Donos do Poder* (1957).

Da mesma forma que o grupo do ISEB, a preocupação de Celso Furtado era a de criticar as teorias desenvolvidas nos países centrais e construir uma teoria alternativa capaz de explicar a realidade brasileira ou latino-americana. Furtado e o grupo da CEPAL foram mais bem-sucedidos inclusive porque menos comprometidos ideologicamente com a burguesia. Mas não há dúvida de que o projeto de industrialização da CEPAL e o projeto de construção nacional sob a liderança da burguesia nacional e do Estado possuíam muitos pontos em comum. As idéias de planejamento e a de industrialização substitutiva de importações eram centrais em ambas.

### **A interpretação autoritário-modernizante**

A interpretação nacional-burguesa praticamente liquidava a interpretação colonial-mercantil na medida em que a industrialização torna-se vitoriosa e definitiva no Brasil dos anos cinqüenta. A crise política do início dos anos sessenta e a conseqüente Revolução de 1964, por sua vez, encarregar-se-ão de liquidar com a interpretação nacional-burguesa. De fato, estes dois fenômenos são fatos históricos novos que condicionarão todo o pensamento político e econômico brasileiro subsequente. É claro que as quatro interpretações que vamos analisar em seguida já começavam a se definir antes de 1964, mas é um engano pensar que o debate nas ciências sociais se resolve no campo puro das idéias ou ideologias. Geralmente são os fatos históricos novos que atropelam as idéias e as reorientam, não obstante, o imobilismo do pensamento de tantos cientistas sociais.

A liquidação da interpretação nacional-burguesa era automática, na medida que sua proposta política principal era a aliança da

burguesia com o proletariado sob a égide da tecnoburocracia estatal, contra a burguesia agrário-mercantil e o imperialismo. A Revolução de 1964 representa o rompimento definitivo dessa aliança e a unificação da burguesia industrial e mercantil sob o comando político da tecnoburocracia estatal e sob a proteção do imperialismo multinacional. Falar ainda de revolução burguesa, burguesia nacional, aliança da esquerda com a burguesia depois da violenta repressão burguesa contra a esquerda e os trabalhadores era impossível.

Surgem, todavia, novas interpretações a partir de 1964. Ao nível das classes dominantes, a interpretação autoritário-modernizante substitui-se à interpretação agrário-mercantil enquanto interpretação hegemônica. Mas distingue-se claramente dessa interpretação na medida em que é industrializante e planejadora como a interpretação nacional-burguesa.

Esta nova interpretação hegemônica está baseada em duas idéias-chave, desenvolvimento econômico e segurança nacional, e em uma aliança política entre a burguesia local, agora unificada, a tecnoburocracia estatal e as empresas multinacionais. Em última análise, o golpe militar de 1964 é fruto da crise do populismo que a unificação da burguesia agrário-mercantil com a industrial propicia. Esta unificação, por sua vez, estabelece uma nova clivagem (mas não um novo conflito) no seio da burguesia, na medida em que é o capital monopolista, tanto industrial quanto mercantil e bancário, que se torna hegemônico em detrimento do capital competitivo.

No momento em que a unificação da burguesia ocorre, ao mesmo tempo que as multinacionais industriais estão entrando em massa na economia brasileira, não resta outra alternativa à tecnoburocracia estatal, para que ela possa realizar o seu projeto desenvolvimentista de Brasil-potência, senão aliar-se à burguesia monopolista e às multinacionais.

Por isso a interpretação autoritário-modernizante, além de seu caráter essencialmente burguês, na medida em que defende enfaticamente a "livre empresa", é uma interpretação tecnoburocrática, que privilegia o planejamento econômico e a intervenção direta do Estado na economia não apenas como regulador mas também como produtor de bens e serviços. O projeto industrializante, modernizador, burguês e tecnoburocrático da interpretação nacional-burguesa reaparece na interpretação autoritário-modernizadora. O que desaparece são o discurso nacionalista e o discurso popular ou populista. O discurso nacionalista desaparece porque a

industrialização consolidara-se através da proteção alfandegária (Lei de Tarifas de 1958) e da aliança da burguesia local com as novas empresas multinacionais industriais. O discurso popular torna-se desnecessário, já que os trabalhadores foram excluídos do pacto social. Ao invés de aliança com os trabalhadores, fala-se agora em segurança nacional, que, no contexto de 1964, significará repressão policial contra os trabalhadores e a esquerda.

Sob um certo ângulo, é possível dizer que a hegemonia ao nível das classes dominantes da interpretação autoritário-modernizante representa a vitória da Escola Superior de Guerra — agente ideológico fundamental dessa nova interpretação — sobre o ISEB, o Partido Comunista e a CEPAL, agentes básicos da interpretação nacional-burguesa. Representa também a vitória do imperialismo norte-americano, que, de um lado, através do treinamento sistemático de militares e policiais brasileiros, e de outro através da penetração das multinacionais industrializantes, logra impor aos militares brasileiros uma “doutrina de segurança nacional” apoiada na guerra-fria e definida por um anticomunismo irracional.

A interpretação autoritário-modernizante tem naturalmente origens anteriores a 1964. Não cabendo aqui uma análise exaustiva do problema, citaremos apenas seus dois formuladores fundamentais: o general Golbery do Couto e Silva, que já em 1952 escreve *Aspectos Geopolíticos do Brasil*, onde as bases da doutrina da segurança nacional são definidas (1967: 19-64), e Roberto de Oliveira Campos, que já em 1953, na Escola Superior de Guerra, buscava “a área possível de conciliação entre uma *ideologia de desenvolvimento* e uma *ideologia de segurança*” (1963a: 59).

Roberto Campos, que nos anos cinquenta surge como um dos mais brilhantes tecnoburocratas brasileiros, é provavelmente o principal formulador dessa nova interpretação do Brasil, especialmente sob o ponto de vista econômico. Da mesma forma que o general Golbery diagnosticava em 1958 a dependência política essencial e necessária do Brasil em relação aos Estados Unidos (1967: 223-259), concluindo por uma ideologia autoritária de segurança nacional, Roberto Campos define a dependência econômica essencial e necessária do Brasil em relação às empresas multinacionais. Percebendo que as empresas multinacionais passavam a investir pesadamente na indústria e a comprometer-se, portanto, com a industrialização brasileira, ele se torna seu mais articulado defensor (1963b, 1968, 1969). Não se trata de defender as empresas multinacionais nos quadros da divisão internacional do trabalho em que ao

Brasil restaria a função primário-exportadora. Esta é a visão de Eugênio Gudín, preocupado em criticar a tese de Prebisch contra a lei das vantagens comparativas do comércio internacional e as teorias da CEPAL. A esse respeito, Roberto Campos, embora discípulo de Eugênio Gudín, dele se distingue claramente.

E também Campos, geralmente considerado um simples economista neoclássico, distingue-se com toda a clareza dos neoclássicos na sua defesa do planejamento econômico (1963b, 1967) e da tecnocracia enquanto agente do planejamento. O planejamento é justificado em função da “debilidade da iniciativa privada”, da “faculdade telescópica” ou visão a longo prazo que o Estado possui e a burguesia não, e de capacidade de “concentração de recursos” do Estado (1963b: 114-116). Por outro lado, referindo-se ao período em que foi ministro do Planejamento (1964-1966), escreve um artigo, “Em Defesa dos Tecnocratas”, com os quais se identifica, afirmando: “Entre o *imobilismo perfeccionista* e a *experimentação modernizante*, a atitude dos tecnocratas parece ter sido a mais produtiva” (1968: 136). Nesses termos, defendendo o planejamento e a tecnoburocracia, mas ao mesmo tempo defendendo o capitalismo local e multinacional e utilizando um instrumental monetarista para combater a inflação, Roberto Campos realiza no plano econômico a cooptação da análise neoclássica pela perspectiva tecnoburocrática do planejamento econômico. E essa será uma característica econômica essencial da interpretação autoritário-modernizante.

## **A interpretação funcional-capitalista**

Enquanto a interpretação autoritário-modernizante permanece hegemônica ao nível das classes dominantes até meados dos anos setenta, ao nível da esquerda surgem três interpretações alternativas: a interpretação funcional-capitalista, a interpretação da superexploração capitalista e a interpretação da nova dependência.

A interpretação funcional-capitalista irá dominar grande parte do pensamento brasileiro de esquerda durante a segunda metade dos anos sessenta. Seu postulado básico é o de que o Brasil sempre foi um país capitalista ou então que o eventual pré-capitalismo aqui existente sempre foi funcional para a acumulação capitalista. Seu problema fundamental é o de reinterpretar a realidade brasileira a partir da crítica da interpretação nacional-burguesa.

Esta fora “a grande culpada” da Revolução de 1964 e da decorrente derrota das esquerdas devido à sua proposta de modernização e de aliança proletário-burguesa. Era preciso fazer o julgamento dessa interpretação, e colocar no pelourinho seus principais responsáveis: o Partido Comunista e o grupo do ISEB.

Nesse sentido, para negar a validade da interpretação nacional-burguesa, era preciso negar o caráter pré-capitalista (ou mesmo capitalista mercantil) da sociedade brasileira anterior a 1930, criticar qualquer teoria dualista, afirmar a continuidade e perfeita unidade da classe dominante brasileira, negar origens étnicas sociais diferentes para os empresários industriais em relação à burguesia agrário-mercantil. Ora, ao pretender realizar essa negação radical de toda a interpretação nacional-burguesa, ao invés de limitar-se à crítica dos seus exageros especialmente enquanto proposta ideológica, esta interpretação assume um caráter ressentido, emocional, que é ao mesmo tempo seu grande trunfo, na medida em que aguça a capacidade crítica, e sua grande limitação, já que se torna incapaz de compreender ou analisar corretamente os fatos novos que haviam tornado superada a interpretação nacional-burguesa.

A interpretação funcional-capitalista será formulada de maneira extraordinariamente brilhante por Caio Prado Jr., que, em 1966, publica um livro fundamental para a compreensão de todo o pensamento brasileiro posterior: *A Revolução Brasileira*. Trata-se de uma análise apaixonada, crítica e autocrítica das relações de produção brasileiras. Uma análise equivocada porque ressentida. Mas ao mesmo tempo uma análise pioneira, corajosa, indignada e coerente com suas análises anteriores sobre o caráter mercantil da colonização brasileira (1942, 1945) e sobre a natureza da questão agrária (1960). É equivocada porque afirma uma continuidade capitalista para o Brasil inaceitável, porque não se interessa em distinguir com clareza a burguesia mercantil da industrial, porque afirma que a burguesia industrial teve origem na oligarquia cafeeira,<sup>3</sup> porque nega que durante um certo momento da história essas duas burguesias hajam realmente entrado em conflito. É pioneira porque já percebe o caráter industrializante do novo imperia-

(3) Vale observar pesquisa de caráter histórico por mim realizada sobre as origens étnicas e sociais do empresário brasileiro, que demonstrou que 85% dos fundadores ou principais responsáveis pelo desenvolvimento das empresas industriais paulistas eram de origem imigrante, e que apenas 3,9% tinham origem na burguesia cafeeira (1964).

lismo, porque identifica o “capitalismo burocrático” e percebe o Estado burocrático posto a serviço da acumulação capitalista, porque denuncia a permanente exploração dos camponeses e dos trabalhadores rurais brasileiros, porque discute as relações de produção no campo e procura demonstrar que muitos daqueles que se entendem por camponeses no Brasil (os meeiros, por exemplo) são, na verdade, trabalhadores assalariados.

O caráter crítico em busca de culpados da contribuição de Caio Prado Jr. é por ele confirmado em um artigo em que responde às críticas de Assis Tavares, afirmando: “*A Revolução Brasileira* o que precisamente procura, certa ou erradamente (e é isto que Assis Tavares deveria indagar e não indaga), é buscar para as esquerdas uma posição ‘qualitativamente diferente’ que lhes abra novas perspectivas, e que se livre do oportunismo e seguidismo que vem há muito em boa parte esterilizando e inutilizando seus esforços — como entre outros aqueles que deram oportunidade ao golpe contra-revolucionário de 1º de abril. O principal responsável por aquela ineficiência das esquerdas (e é o que se afirma e se procurou sustentar em *A Revolução Brasileira*) foi uma base teórica errônea”. (1967: 57)

Outro trabalho básico nesta linha crítica que marcou época e influenciou decisivamente toda uma geração, é o clássico artigo de Rodolfo Steinhilber, “Sete Teses Equivocadas sobre a América Latina” (1965). As teses equivocadas são: 1) dualismo; 2) desenvolvimento via difusão do industrialismo para áreas tradicionais; 3) as zonas tradicionais são um obstáculo ao capitalismo progressista; 4) a burguesia nacional tem interesse em romper o domínio da oligarquia latifundiária; 5) o desenvolvimento depende de uma classe média nacionalista e progressista; 6) a integração nacional da América Latina depende da miscigenação; 7) há uma identidade de interesses entre camponeses e operários. Em síntese, e excluídas as duas últimas teses, o que Steinhilber faz é uma crítica decisiva e radical às concepções modernizantes implícitas na interpretação nacional-burguesa.

A interpretação funcional-capitalista tem uma série de outros nomes altamente significativos. Fernando Novas (1973) faz a análise clássica do período colonial brasileiro na linha proposta inicialmente por Caio Prado Jr. Nega qualquer caráter pré-capitalista para o período colonial, que é visto exclusivamente como um episódio do processo de acumulação primitiva mercantil.

João Manoel Cardoso de Mello, em *O Capitalismo Tardio*

(1975), prossegue a análise de Fernando Novaes até o presente. Sua análise histórica o situa na interpretação funcional-capitalista porque minimiza a importância da Revolução de 1930; afirma que “a burguesia cafeeira foi a matriz da burguesia industrial” (1975: 103); critica, da mesma forma que Robert Cajado Nicol (1974) e Warren Dean (1971) a oposição ou a contradição detectada por Furtado entre a industrialização e a expansão cafeeira. Esta é vista exclusivamente como um fenômeno positivo para a industrialização.<sup>4</sup>

O trabalho de Cardoso de Mello, entretanto, tem grande importância inclusive porque, depois da *Histórica Econômica do Brasil*, de Caio Prado Jr., é a primeira interpretação significativa da história econômica brasileira em termos marxistas não ortodoxos. Propõe-se, mesmo, a oferecer uma alternativa à periodização das fases da economia brasileira adotada pela interpretação nacional-burguesa: Colonial-Mercantil até 1808, Semicolonial Agrário-Mercantil Primário-Exportadora até 1930, Industrial Substitutiva de Importações a partir de então. Em seu lugar propõe (1975: 195): Mercantil-Escravista Colonial até 1808; Mercantil-Escravista Nacional até 1888; Exportadora-Capitalista-Retardatária a partir de então. Esta fase, por sua vez, divide-se em: nascimento e consolidação do capital industrial (1888-1933), industrialização restrin-gida (1933-1956); industrialização pesada (1956...).

Vale observar, porém, que, ao examinar especialmente a industrialização pesada, Cardoso de Mello já está ultrapassando a análise funcional-capitalista. Por outro lado, embora preocupado em descaracterizar a importância da ruptura de 1930, não há dúvida de que sua periodização reconhece a mudança fundamental do capital mercantil para o industrial. Apenas a coloca no final do século passado, ao invés de colocá-la neste século.

Outra contribuição significativa é a de Bóris Fausto com *A Revolução de 1930*, na qual, já nos dois primeiros parágrafos da introdução, informa que seu trabalho “procura mostrar a inconsistência de um modelo corrente” segundo o qual, “na formação social do país, existiria uma contradição básica entre o setor agrário-exportador, representado pelo latifúndio semifeudal, associado ao imperialismo, e os interesses voltados para o mercado interno,

(4) A solução teórica para este problema foi afinal dada por Sérgio Silva (1973), que demonstrou a natureza contraditória, ao invés de linearmente favorável ou contrária, das relações entre o café e a industrialização. Ver também a contribuição de Wilson Cano (1977).

representados pela 'burguesia'" (1972: 9). O trabalho é uma importante contribuição para a análise da revolução de 1930, mas desde o início é marcado pelo ponto de vista interpretação funcional-capitalista, que reduz a interpretação nacional-burguesa a um modelo simplificado para em seguida negar-lhe qualquer validade. Na mesma linha um artigo pioneiro, criticando especificamente a obra de um dos expoentes da interpretação nacional-burguesa, Nelson Werneck Sodré, é escrito por Paula Beiguelman, que afirma: "Não há, pois, como interpretar a agitação da década de 1920 e na revolução de 1930 em termos de um conflito entre o setor interno e o agrário, ou, na expressão do autor (N. W. S.), como uma luta entre burguesia e latifúndio". (1966: 262)

Outro trabalho marcante nesta mesma linha é o de Francisco de Oliveira, *A Crítica da Razão Dualista* (1972). Como o trabalho de Cardoso de Mello, trata-se também e principalmente de uma crítica a Celso Furtado, na medida em que ele teria adotado uma visão dualista e modernizante da economia brasileira. O caráter pré-capitalista da formação social brasileira anterior não é negado. O que se nega é qualquer contradição entre o Brasil pré-capitalista e o Brasil capitalista. Pelo contrário, a agricultura pré-capitalista assim como a marginalidade urbana seriam funcionais para a acumulação capitalista na medida em que rebaixassem o custo de reprodução da mão-de-obra. Pela riqueza de suas sugestões, entretanto, expostas sempre em termos de um marxismo efetivamente dialético e aberto, este trabalho de Francisco de Oliveira exercerá uma grande influência sobre o pensamento da esquerda democrática no Brasil. Sua análise do mecanismo de acumulação primitiva ainda em ação no país, sua proposta de internalização do problema do subdesenvolvimento e sua discussão sobre a "inchação" do terciário, entre outras, são contribuições extremamente estimulantes do debate e da pesquisa.

Na mesma linha temos outras contribuições de alguns pesquisadores do CEBRAP, que se torna então um centro fundamental do pensamento brasileiro, ao lado da Universidade de São Paulo. Na verdade, dentro do CEBRAP vão conviver e muitas vezes se misturar (porque nem sempre é fácil distinguir a interpretação funcional-capitalista da interpretação da nova dependência, dado o fato de que alguns autores transitam de uma para outra) representantes das duas interpretações.

Na linha extremamente criativa aberta por Francisco de Oliveira são especialmente significativos os trabalhos de Lúcio

Kowarick (1973, 1979), responsável por uma análise brilhante das relações funcionais entre marginalidade e dependência no contexto das sociedades dependentes, de Manoel Berlinck (1977), e também a obra coletiva do CEBRAP, coordenada por Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, *São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza* (1976), uma extraordinária análise do processo de acumulação e da pauperização da população paulista.<sup>5</sup>

Um último<sup>6</sup> representante fundamental da interpretação funcional-capitalista é Luciano Martins, que sintetiza seu pensamento em *Pouvoir et Developpement Economique* (1976). Em sua análise da Revolução de 1930 há a preocupação permanente de reduzir o seu significado histórico a um episódio de “modernização conservadora”, nos termos da conceituação de Barrington Moore (1967) através do qual novas elites substituem ou se justapõem às antigas. Luciano Martins reconhece o caráter de luta de classes da Revolução de 1930, mas o define “em um sentido bem preciso como uma luta de classes *preventiva*, desencadeada por iniciativa da classe dominante” (1976: 120). E preocupa-se em demonstrar e documentar que não havia conflito entre a oligarquia agrária e os industriais, já que em um movimento tipicamente oligárquico como foi a Revolução de 1932, “a documentação sobre a participação da Federação das Indústrias de São Paulo no conflito é abundante” (1966: 133). Estas considerações, entretanto, não pretendem negar a grande contribuição de Luciano Martins, como aliás dos demais representantes da interpretação funcional-capitalista aqui citados. A análise de Luciano Martins é especialmente importante não apenas na análise da Revolução de 1930, mas principalmente na pesquisa sobre a emergência da tecnoburocracia e dos processos decisórios dos quais ela participa ativamente para implantar a indústria pesada no Brasil.

A interpretação funcional-capitalista é importante na medida em que permite às esquerdas uma análise autônoma ao invés de

(5) *São Paulo 1975, Crescimento e Pobreza* foi escrito coletivamente, constando entre seus colaboradores Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Fernando Henrique Cardoso, Frederico Mazzuchelli, José Álvaro Moisés, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Paul Singer, mas a coordenação dos trabalhos coube a Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant, cuja marca sobre o todo, afinal, deve ter sido decisiva, fazendo-nos incluir esta obra na interpretação funcional-capitalista.

(6) É claro que muitos outros trabalhos incluem-se nesta linha de interpretações. Veja-se, por exemplo, a crítica radical do ISEB realizada por Caio Navarro de Toledo (1977) e Maria Sílvia Carvalho Franco (1978). Por outro lado, veja-se o depoimento sobre o ISEB realizado por Hélio Jaguaribe (1979).

subordinada à burguesia (como era a interpretação nacional-burguesa) da realidade brasileira. Por outro lado, sua fundamentação marxista não-stalinista lhe permite um aprofundamento crítico do debate sobre as relações entre a economia e a política e sob a forma de dominação burguesa no Brasil que antes só fora realizado de um ponto de vista marxista por Caio Prado Jr. Trata-se, entretanto, de uma interpretação limitada devido ao seu caráter excessivamente crítico. Preocupada em negar de maneira radical toda a interpretação nacional-burguesa, ignora que esta, sem dúvida, cometera graves erros, mas que a superação de sua análise devia-se menos a esses erros e mais aos fatos novos ocorridos nos anos cinquenta. Esta limitação, aliás, explica por que muitos dos seus autores tendem a transitar para a interpretação nova dependência, quando está se tornando hegemônica entre as esquerdas no Brasil.

Neste quadro, Luiz Pereira surge como uma figura isolada apenas indiretamente ligada à interpretação funcional-capitalista, da qual, entretanto, é um dos pioneiros. Escrevendo em uma época de transição *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, sua contribuição nem sempre é clara, mas sem dúvida é rica de sugestões, especialmente sua reinterpretação da Revolução de 1930 e sua crítica à teoria sobre o dualismo estrutural, pois, a seu ver, o que existe no Brasil é a coexistência de capitalismo “dinamizados” e “sufocados” (1965: 87-97 e 119).

## **A interpretação da superexploração imperialista**

A dificuldade em ver para em seguida poder interpretar os fatos novos aplica-se também à interpretação da superexploração imperialista. Esta é também uma interpretação ressentida da derrota representada pela Revolução de 1964, mas é uma interpretação muito mais radical. Sua proposta não é apenas a de criticar a interpretação nacional-burguesa e os decorrentes desvios da esquerda, mas a de construir uma nova interpretação não apenas para o Brasil mas para a América Latina de um modo geral a partir do conceito leninista de imperialismo e do conceito trotskista da perda de dinamismo do capitalismo central. Da mesma forma que a interpretação nacional-burguesa, o imperialismo é o grande culpado do subdesenvolvimento. Mas diferentemente daquela interpretação, não existe divisão na burguesia interna entre uma burguesia agrário-mercantil aliada ao imperialismo e uma burguesia industrial: a

burguesia está solidamente unida e subordinada ao imperialismo. E também não existe nenhuma proposta “nacionalista” que sirva de amortecedor da luta de classes.

O imperialismo extrai praticamente todo o excedente dos países subdesenvolvidos. É o obstáculo fundamental a qualquer processo real de desenvolvimento. A burguesia local, por sua vez, está integralmente subordinada ao imperialismo. Como este explora os trabalhadores locais através do comércio internacional e das empresas multinacionais, não resta outra alternativa à burguesia local para poder se apropriar também ela do excedente senão superexplorá-los. E para superexplorar os trabalhadores é necessário recorrer à violência. Por isso as burguesias locais são necessariamente autoritárias, senão fascistas. Em conclusão a alternativa para o Brasil assim como para os demais povos latino-americanos é o socialismo ou o fascismo, já que o capitalismo dependente seria necessariamente fascista.

Estas teses têm como uma de suas bases os trabalhos de Andrew Gunder-Frank que, em um artigo clássico, “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” (1966) e em uma série de livros (a partir de *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (1969)), procura demonstrar a tese radical de que a América Latina sempre foi capitalista, jamais tendo apresentado características pré-capitalistas. A colonização européia teria sido puramente mercantil e portanto essencialmente capitalista. Implantando-se na América Latina um modelo capitalista exportador de produtos primários, teriam sido o capitalismo e imperialismo as causas básicas do subdesenvolvimento, tanto assim que as zonas mais subdesenvolvidas do continente foram aquelas que tiveram um grande auge exportador mercantil.

Em uma linha muito semelhante, Ruy Mauro Marini (1969, 1973) desenvolve a “teoria da superexploração”. É curioso que Marini reconhece que durante um certo período houve interesses comuns entre a burguesia e o proletariado, tendo isto “conduzido a vanguarda pequeno-burguesa ao reformismo e à política de colaboração de classes” (1969: 151), mas “o pronunciamento militar de 1964 assestou um golpe mortal na corrente reformista”. A interpretação nacional-burguesa, portanto, é identificada com o reformismo, embora se admita que ela tenha tido certa validade durante algum tempo.

O reformismo fracassou porque o desenvolvimento do Brasil estaria baseado essencialmente na superexploração dos trabalha-

dores, definida pelo fato de que os trabalhadores recebem um salário inferior ao nível de subsistência, além de terem sua jornada de trabalho e a intensidade de seu trabalho aumentadas. Esta superexploração seria uma tendência normal nos países capitalistas que se acentuaria nos países dependentes ou periféricos, já que estão submetidos ao imperialismo dos países capitalistas centrais, que lhes extrai parte da mais-valia através da troca desigual de mercadorias no mercado internacional. Em consequência, “as nações desfavorecidas pelo intercâmbio desigual não buscam especialmente corrigir os desequilíbrios entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas sim tentam compensar a perda das rendas geradas no comércio internacional através da superexploração dos trabalhadores” (1973: 37). Ora, a superexploração implica o rompimento da troca de equivalentes. O trabalho deixa de ser pago de acordo com seu valor. Para lograr esse resultado a burguesia é obrigada a recorrer a métodos autoritários, que seriam, assim, inerentes às burguesias periféricas, como a brasileira. Além disso, no caso do Brasil, a burguesia recorria ao subimperialismo, via exportação de seus produtos manufaturados a países ainda menos desenvolvidos, nos quadros de uma nova divisão internacional do trabalho, já que a superexploração impedia a formação de um mercado interno.

Na mesma linha, Theotônio dos Santos (1967, 1970, 1973) deixa muito claro, inclusive no título de um de seus livros, que a alternativa para o Brasil e a América Latina é o socialismo ou o fascismo.<sup>7</sup> Sua análise não se limita apenas a este aspecto, e, como no caso de Ruy Mauro Marini, constitui-se em uma importante contribuição crítica radical ao modelo latino-americano e brasileiro, subdesenvolvido, dependente e autoritário.

No plano da dependência, Theotônio dos Santos identifica três formas históricas: 1) a dependência colonial, comercial-exportadora; 2) a dependência financeiro-industrial que se consolida no final do século XIX; 3) a dependência tecnológico-industrial do período do pós-guerra exercida através das empresas multinacionais (1970: 55). Este último tipo de dependência dá origem a um tipo de desenvolvimento “desigual e combinado”, na medida em que o subdesenvolvimento é caracterizado por desigualdades pro-

(7) *Socialismo y Facismo, El Nuevo Caracter de la Dependencia y el Dilema Latinoamericano* (1973).

fundas, relacionadas com a superexploração da mão-de-obra. Por outro lado, como essa superexploração está ligada à transferência de excedentes para os países imperialistas, a desigualdade torna-se um elemento estrutural da economia mundial. Por isso o desenvolvimento latino-americano, além de desigual, é combinado.

Na verdade, embora Theotônio dos Santos faça, já em 1973, uma análise importante e relativamente pioneira do fato novo representado pelas empresas multinacionais manufactureiras a partir dos anos cinqüenta, ele não consegue perceber que não é apenas a natureza da dependência que muda. O grau de exploração também muda, na medida em que as multinacionais tornam-se diretamente envolvidas no processo de industrialização brasileiro.

Por outro lado, na medida em que o imperialismo externo e a superexploração interna, ambos estritamente relacionados, agudizariam a luta de classes de maneira insustentável, Theotônio dos Santos conclui de forma radical pelo caráter intrinsecamente fascista da burguesia latino-americana e afirma: “Tudo indica que o que nos espera é um longo processo de profundos enfrentamentos políticos e militares, de radicalização social profunda que leva estas sociedades a um dilema entre governos de força que tendem a abrir caminho para o fascismo e governos revolucionários populares que tendem a abrir caminho para o socialismo”. (1970: 68)

Finalmente, devemos fazer uma referência imprescindível a Florestan Fernandes. É extremamente difícil classificar o notável sociólogo, verdadeiro fundador da escola moderna de sociologia de São Paulo. Seu pensamento independente e complexo impossibilita as classificações simplistas. Sua análise indignada da Revolução de 1964, que (1) frustra a revolução burguesa, (2) neutraliza os militares como fatores de equilíbrio político, e (3) mostra definitivamente que nada mais se pode esperar das nossas classes conservadoras (1968: 181) nos levariam a situá-lo na interpretação funcional-capitalista. Da mesma forma, sua análise da evolução social e política brasileira centrada em dois ciclos revolucionários que têm como data inicial 1808 e 1888 levaria na mesma direção (1968: 172).

Por outro lado, ao fazer a distinção entre uma revolução burguesa clássica, que levaria o desenvolvimento brasileiro a um padrão de capitalismo auto-suficiente e autônomo, e uma revolução burguesa dependente, por ele detectada no Brasil e que apenas marcaria a passagem do capitalismo comercial e financeiro para o industrial, Florestan Fernandes está em conflito tanto com a inter-

pretação funcional-capitalista quanto com a interpretação da superexploração imperialista, na medida em que essa distinção salienta a passagem do capitalismo mercantil para o industrial (da qual a Revolução de 1930 será o marco) e mostra que, afinal, a burguesia brasileira não é tão coesa como se pretende.

Mas se formos considerar sua posição radical em relação ao autoritarismo burguês, considerado intrínseco às burguesias dependentes como a brasileira, sua análise se aproxima muito da interpretação da superexploração imperialista. Florestan Fernandes conserva uma visão histórica em que a burguesia em um determinado momento defendeu as posições democráticas ou nacionais, mas conclui pelo seu inerente autoritarismo. Em suas palavras: "De classes patronizadoras da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo da 'democracia' e da 'civilização cristã'... No fundo, a referida reviravolta confere novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enriquecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária". (1974: 316) De qualquer forma, parece-me essencial considerar Florestan Fernandes como uma figura à parte neste quadro que estamos tentando delinear das interpretações sobre o Brasil.

## **A interpretação da nova dependência**

Em contraposição à interpretação funcional-capitalista e à interpretação da superexploração imperialista temos, finalmente, no campo das esquerdas a interpretação da nova dependência.<sup>8</sup>

Esta interpretação, ainda que compartilhe com a interpretação funcional-capitalista e com a interpretação da superexploração imperialista da crítica à interpretação nacional-burguesa, é muito menos radical nessa crítica. Não porque não veja erros e comprometimento ideológico nessa interpretação, mas porque distingue os erros de interpretação e o comprometimento ideológico da supe-

(8) Para uma crítica da interpretação da superexploração imperialista realizada por representantes da interpretação da nova dependência, ver Fernando Henrique Cardoso (1977), José Serra (1979) e Serra e Cardoso (1979). É significativo que não há críticas à interpretação funcional-capitalista, pretendendo-se assim uma unidade de pontos de vista com a interpretação da nova dependência que de fato não existe, embora os pontos comuns e as áreas cinzentas sejam muitos.

ração dessa interpretação pelos fatos novos que acontecem durante os anos cinquenta no Brasil.

A utilização do conceito de “fato novo” é essencial para essa interpretação. No plano político, uma série de fatos novos, ocorridos principalmente durante o governo Kubitschek eliminam as razões para o conflito entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-mercantil e para uma possível posição nacionalista da burguesia. Por outro lado, liquidam a aliança dos trabalhadores com a burguesia que o pacto populista refletia e a interpretação nacional-burguesa não apenas constatava mas propunha.

Estes fatos novos, que examinei em um trabalho de 1963,<sup>9</sup> são os seguintes: 1) consolidação da indústria nacional, que, a partir de então, não pode mais ser considerada “artificial” em um “país essencialmente agrário”; 2) decadência definitiva da agricultura exportadora de café com a queda dos preços internacionais, tornando inviável a transferência de renda do setor exportador para a indústria (estes dois fatos novos liquidam a relativa divisão no seio da burguesia brasileira); 3) entrada em massa das empresas multinacionais associadas indiretamente com a burguesia local; 4) aprovação, em 1958, da Lei de Tarifas, que protege definitivamente a indústria nacional da importação de similares estrangeiros (estes dois fatos novos liquidam com o “nacionalismo” da burguesia local, já que esse nacionalismo limitou-se sempre ao protecionismo e jamais se opôs à penetração das multinacionais); 5) revigoreamento da atividade sindical durante os anos cinquenta através da formação de diversos pactos intersetoriais de unidade sindical; 6) Revolução de Cuba, em 1959, que apavorou a burguesia local. Estes dois últimos fatos novos foram diretamente responsáveis pela liquidação do pacto populista e pela radicalização do início dos anos sessenta, quando a esquerda formula pela primeira vez (mas de forma imatura) um projeto político autônomo. De um modo geral, entretanto, os seis fatos novos explicam a união da burguesia industrial e agrário-mercantil, sua associação com as multinacio-

(9) “O Empresário Industrial e a Revolução Brasileira” (1963: 20-25). Ver também *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968: 112-113), onde voltei a examinar o problema. Os fatos novos examinados neste artigo de 1963 pretendiam explicar por que a interpretação nacional-burguesa perdesse validade e por que o modelo político desenvolvimentista entrara em crise, na medida em que aqueles fatos novos levaram ao colapso da aliança entre a burguesia industrial e os trabalhadores, sob a égide de Getúlio Vargas e, portanto, de setores do latifúndio voltados para o mercado interno.

nais e seu rompimento com os trabalhadores e a esquerda. A Revolução de 1964 será a trágica culminação desse processo.

A contribuição fundamental à interpretação da nova dependência, entretanto, será realizada por Fernando Henrique Cardoso. Em 1967 circula de forma mimeografada um livro escrito em colaboração com Enzo Faletto, que irá marcar todo o pensamento brasileiro e latino-americano posterior: *Dependência e Desenvolvimento da América Latina* (1970).

A partir desse livro constitui-se o que seria chamado de “teoria da dependência”,<sup>10</sup> baseada em uma crítica, de um lado, às teorias de modernização e de etapas do desenvolvimento e, de outro, à teoria da superexploração imperialista. A proposta mais geral do conceito de dependência consiste em demonstrar que os determinantes externos (imperialismo) da situação de dependência estão relacionados aos determinantes internos (estrutura de classes), que são fundamentais e tendiam a ser minimizados na interpretação nacional-burguesa. “Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito das nações dependentes.” (1970: 31)

O essencial na interpretação da nova dependência, entretanto, não está nesse conceito teórico de dependência, mas na análise da nova dependência que se configura na América Latina e particularmente no Brasil, com a entrada em massa das empresas multinacionais industriais.

Ao contrário da interpretação funcional-capitalista, não se nega toda validade à interpretação nacional-burguesa e reconhece-se que houve um pacto populista e nacionalista entre a burguesia industrial, os setores urbanos populares e o latifúndio não exportador (1970: 36, 103-108, 115), ao mesmo tempo que se admite que a “industrialização, de caráter substitutivo, alcançou-se, por um lado, através da ação direta do Estado e, por outro, pelo impulso de uma ‘burguesia industrial’ em grande medida desvinculada do setor agro-importador” (1970: 103-104).

O importante é menos negar a interpretação anterior e mais reconhecer o fato novo — os investimentos estrangeiros realizados pelas corporações industriais multinacionais — que determina uma

(10) Prefiro a denominação “nova dependência” porque, realmente, o essencial é a definição dos fatos novos que mudam o caráter da dependência.

nova forma de dependência, desenvolvimentista (ao contrário do que imaginava a interpretação nacional-burguesa, que identificava imperialismo com estagnação), mas excludente. A nova dependência, finalmente, caracteriza-se, segundo Cardoso e Faletto, nesse trabalho extraordinariamente pioneiro, pela associação da burguesia local com as empresas multinacionais industriais e com uma tecnoburocracia estatal, civil e militar (1970: 122-125 e 134-135). Fernando Henrique Cardoso volta a examinar o problema do novo tipo de imperialismo e do novo modelo de desenvolvimento associado em uma série de ensaios reunidos em livros (1972, 1975, 1980), que aprofundam e ampliam as idéias básicas desenvolvidas inicialmente no Chile, em 1966 e 1967.

No plano econômico, entretanto, era necessário reinterpretar também a nova dependência. Celso Furtado dá um primeiro passo, mas incompleto, com um ensaio fundamental, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966), em que a análise do novo modelo de desenvolvimento, baseada nas empresas multinacionais e na indústria capital-intensiva e tecnologicamente sofisticada já está claramente definida. Mas Furtado ainda não vê com clareza o novo processo de expansão econômica, que ainda não começara, e fala na tendência à estagnação. Mas nesse mesmo trabalho ele já sugere que a estagnação poderia ser superada, especialmente no Brasil (e mais dificilmente na Argentina), através de um novo processo de concentração de renda. Novo passo é dado com *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967), uma reformulação e ampliação de *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, em que as novas bases da teoria de dependência são delineadas. Carlos Lessa escreve o estudo clássico *15 Anos de Política Econômica* (1975) em meados dos anos 70, mais ou menos na mesma época em que Maria da Conceição Tavares escreve seu trabalho fundamental sobre o modelo de substituição de importações. Meu *Desenvolvimento e Crise no Brasil* é de 1968.

As primeiras tentativas de definir um novo modelo de desenvolvimento são realizadas por Antônio Barros de Castro (1969: 142-143), Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971). Por outro lado, publico em 1970 um trabalho, "Dividir ou Multiplicar: A Distribuição da Renda e a Recuperação da Economia Brasileira", onde já relaciono com clareza o novo ciclo de expansão que ocorria no Brasil desde 1967 com a concentração de renda da classe média para cima. Ficava, assim, definida a característica fundamental do "novo modelo brasileiro de desenvolvimento" baseado

na concentração de renda das camadas médias para cima, as quais serviam como mercado para as indústrias dinâmicas do período, ou seja, as indústrias de bens de consumo duráveis e especialmente para a indústria automobilística.

Os dois trabalhos marcantes sobre o novo modelo brasileiro de desenvolvimento, entretanto, serão o ensaio “Além da Estagnação”, escrito por Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971) e o livro *Análise do Modelo Brasileiro*, de Celso Furtado (1972). A análise parte, de um lado, da heterogeneidade tecnológica estrutural que caracterizaria a industrialização latino-americana, já sugerida para a América Latina por Aníbal Pinto (1970), desde os primeiros anos da década de sessenta.<sup>11</sup> Esta heterogeneidade estrutural implica a existência de um setor moderno ou monopolista, em que se realiza a aliança do Estado, das empresas multinacionais industriais e do grande capital local, e por um outro setor tradicional ou competitivo, que inclui a velha indústria substitutiva de importações. A esse novo dualismo soma-se um processo de reconcentração de renda das classes médias para cima que viabiliza em termos de mercado a implantação das indústrias modernas, monopolistas e tecnologicamente sofisticadas. Define-se, então, uma nova estratégia de desenvolvimento, em que Estado, empresas multinacionais e empresas locais ocupam áreas complementares (ao invés de competitivas) no aparelho produtivo. Este tipo de crescimento, entretanto, está sujeito a crises de realização não apenas devido a problemas de desproporção, mas especialmente devido à “necessidade de mudanças permanentes e descontínuas na forma de assiguação de recursos (geração, apropriação e utilização do excedente), explicadas pelo caráter solidário da economia com os esquemas renovados de divisão internacional do trabalho” (Tavares e Serra, 1971: 949).

Na mesma linha, Paul Singer, que examinara pioneiramente as crises de conjuntura no Brasil (1965), faz a análise do “milagre” brasileiro em 1972 e prevê de forma notável seu colapso (1973). Seus ensaios são reunidos no livro *A Crise do “Milagre”* (1976). Francisco de Oliveira e Fred Mazzuchelli, por sua vez, fazem uma contribuição decisiva para a compreensão do novo padrão de

(11) Aníbal Pinto, aliás, é reconhecido tanto por Maria da Conceição Tavares quanto por Fernando Henrique Cardoso como o primeiro formulador do novo modelo latino-americano de subdesenvolvimento industrializado, baseado na “heterogeneidade estrutural”.

acumulação implantado no Brasil em “Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil” (1977). Neste ensaio os autores põem em segundo plano o caráter funcionalista das formações pré-capitalistas no Brasil e preocupam-se em definir o novo padrão de acumulação que se implanta a partir dos anos cinquenta, seu êxtase e sua agonia, utilizando com inteligência o instrumental marxista, a análise do processo de acumulação ocorrido no Brasil que, quando aborda os últimos trinta anos, é ao mesmo tempo apaixonada e esclarecedora. São ainda importantes para a análise do novo padrão de acumulação brasileiro e do respectivo modelo político autoritário, ainda que pertencendo a matrizes teóricas diversas, os trabalhos: 1) no plano econômico, de Pedro Malan e John Wells (1972), Maria da Conceição Tavares (1974, 1978), Regis Bonelli e Pedro Malan (1976), Décio Saes (1976), Luciano Coutinho e Henri Philippe Reichstul (1977), Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo (1977), João Manoel Cardoso de Mello (1977), Carlos A. Afonso e Herbet de Souza (1977), Eduardo Matarazzo Suplicy (1977), Ignácio Rangel (1978), Peter Evans (1978), Carlos Lessa (1979) e Guido Mantega e Maria Moraes (1980); 2) no plano político, Alfred Stepan (1971), Celso Lafer (1975), Simon Schwartzman (1975), Octávio Guilherme Velho (1976), Carlos Estevam Martins (1977), Gláucio Soares (1978), Sérgio Abranches (1978), Philippe Faucher (1981), Maria Hermínia Tavares de Almeida (1981).

Em meus trabalhos sobre o novo modelo de desenvolvimento, prossigo a análise de 1970 na terceira edição de *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1972),<sup>12</sup> em artigos de 1973 e 1976, e principalmente no livro *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977a). Minha preocupação, além de formalizar o modelo e de examinar mais detidamente seus aspectos políticos, é o de aprofundar a análise do Estado e da tecnoburocracia civil e militar que o dirige com relativa autonomia em relação ao capitalismo local e às empresas multinacionais. Preocupação até um certo ponto semelhante encontra-se em Leôncio Martins Rodrigues (1973) e nos trabalhos de Edmar Bacha. Este publica alguns trabalhos muito significativos sobre o novo modelo brasileiro e sobre a hierarquia gerencial como determinante dos altos salários (ordenados na minha terminologia)

(12) A primeira edição desse livro (1968) continha uma ruptura apenas parcial com a interpretação nacional-burguesa, sob a qual me formara intelectualmente. Esse rompimento limitava-se à análise dos fatos novos que haviam tornado superada aquela interpretação. Só a partir dos trabalhos de 1970 e 1972 é que passo definitivamente para a nova interpretação.

e dos tecnoburocratas (1973, 1974) e os reúne em um livro básico, *Os Mitos de uma Década* (1976).

Todos esses trabalhos de análise econômica, ainda que possam apresentar divergências importantes de orientação, inscrevem-se na linha da interpretação da nova dependência na medida em que buscam compreender a realidade brasileira a partir dos fatos novos que a modificaram profundamente durante os anos cinquenta. Nesse sentido, além das contribuições já assinaladas, Celso Furtado continuará a ter um papel decisivo na análise do processo econômico em marcha no Brasil nos quadros da nova dependência através de seus livros *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) e *O Brasil Pós-Milagre* (1981).

Voltando ao plano político e social, podemos ainda citar, nos quadros gerais da interpretação da nova dependência, embora constituam na verdade abordagens paralelas ou relativamente independentes, as notáveis contribuições de Francisco Weffort (1965, 1966, 1968, 1978) e de Octávio Ianni (1968, 1975), sobre o populismo; e a análise do desenvolvimento capitalista no Brasil realizada por Juarez Brandão Lopes (1967, 1976) e Octávio Ianni (1970, 1971, 1976) sobre a formação da sociedade industrial e do capitalismo no Brasil. É significativo, aliás, observar que nas obras destes dois autores sobre o capitalismo no campo, ambas de 1976, a ênfase está na penetração recente (nos últimos cinquenta anos) do capitalismo no campo, constituindo-se em um desmentido indireto à interpretação funcional-capitalista, que pretendia o Brasil capitalista desde o início da colonização.

É importante ainda assinalar as contribuições recentes para o estudo dos empresários brasileiros realizado por Eli Diniz e Renato Raul Boschi (1978, 1979), em que o problema da burguesia nacional e do seu autoritarismo são examinados. Há também uma grande bibliografia sobre a agricultura e os sindicatos e a classe operária, mas deixo de citar novas contribuições para não fugir ao objetivo da análise. Hélio Jaguaribe, por sua vez, procura rever e atualizar sua posição original, mas mantém sua esperança em uma aliança política com a burguesia (1974).

Cabe finalmente uma breve referência à obra de Darcy Ribeiro (1970, 1971, 1972, 1978). Sua macrovisão do processo civilizatório escapa ao âmbito deste artigo. Em relação ao Brasil, um dos "povos novos" que sofre um rápido e traumático processo de "atualização histórica", observa-se em sua obra uma forte influência da interpretação nacional-burguesa. Por isso ele não pode ser

classificado na interpretação funcional-capitalista ou na sua superexploração imperialista. Desta última, entretanto, ele se aproxima devido ao forte conteúdo nacionalista de sua análise. Ele reconhece a importância fundamental da Revolução de 1930, assinala a mudança fundamental no tipo de dependência ocorrido durante o período do Plano de Metas do presidente Kubitschek, mas não consegue perceber que essa mudança passa a exigir uma renovação de todo o instrumental analítico, nas linhas propostas pela interpretação da nova dependência. Ao invés, insiste em ver as multinacionais como meras bombas de sucção de divisas (1970: 308). Este fato, entretanto, não tira a grande importância de sua análise, especialmente no nível macro-histórico, a qual revela uma criatividade e uma lucidez que mostram que o Brasil já possui intelectuais que pensam e escrevem não apenas sobre o Brasil e a América Latina, mas sobre o mundo em que vivemos. Este é o caso, entre outros, de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Alberto Guerreiro Ramos, Fernando Henrique Cardoso e o próprio Darcy Ribeiro.

### **Interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial**

Os trabalhos extremamente estimulantes de Eli Diniz e Renato Boschi, embora se inscrevendo na interpretação de nova dependência, insistem no caráter basicamente autoritário dos empresários brasileiros. Embora eles estejam corretos quando afirmam que a visão autoritária dos empresários transparece na ênfase na ordem e na estabilidade contra o conflito, no privilégio dos aspectos técnicos em relação aos políticos, e na idéia do Estado como “campo privativo das elites” (1978: 193-195),<sup>13</sup> este tipo de análise impediu — e de um modo geral impediu toda a intelectualidade brasileira — de perceber os fatos novos que minavam esse autoritarismo (que teve o seu auge no período 1964-1974) e direcionavam a burguesia industrial brasileira no sentido de uma posição relativamente senão democrática, pelo menos liberal.

(13) Segundo Diniz e Boschi, baseados em uma pesquisa realizada em 1974-1975, “esperar que um projeto de maior liberalização do regime possa partir da burguesia ou que esta possa pressionar no sentido de reativação dos mecanismos da sociedade civil é, quando muito, apenas conjunturalmente viável, para não dizer mesmo impossível!” (1978: 199).

Só a partir da interpretação da nova dependência seria possível compreender o processo de redemocratização que tem início no Brasil a partir de 1975 e principalmente a partir de 1977. Mas mesmo a interpretação da nova dependência é insuficiente, porque agora é preciso considerar outros fatos novos, que têm lugar não mais nos anos cinqüenta, mas nos anos sessenta e especialmente setenta.

A rigor, a análise desse processo de democratização parcial, controlado e retardado pelo próprio governo através da estratégia da "abertura", exigiria uma nova interpretação para o Brasil: a interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial. Mas dado o caráter limitado da bibliografia ainda existente sobre o assunto, parece mais adequado apenas sugerir as linhas gerais da nova interpretação.

O processo de democratização inicia-se no Brasil no final de 1974, imediatamente após a derrota do governo nas eleições de novembro e quando o processo de expansão de 1967-73 já se esgotara. Publico então na *Folha de S. Paulo* uma série de artigos (entre 1976 e 1978) sobre a crise econômica, sobre a redução relativa do excedente disponível, sobre a campanha contra a estatização como um processo de redefinição do modelo político, sobre a ruptura parcial mas decisiva da aliança política entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal, sobre o novo projeto político de hegemonia burguesa e sobre o novo papel das esquerdas, que são depois publicados em *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978).

O que se pretende através destes trabalhos é demonstrar que o Brasil caminhava para um processo de redemocratização necessário, devido a fatos novos não apenas conjunturais (a crise econômica, a derrota do governo nas eleições majoritárias de 1974) mas também por motivos estruturais.

Na verdade, a burguesia industrial, que emerge timidamente como força econômica e política no Brasil a partir de 1930,<sup>14</sup> só começa a se tornar hegemônica no Brasil, no seio da burguesia em geral, a partir do processo recente de redemocratização. É sabido

(14) A análise clássica sobre o caráter postiço, tradicionalista da ideologia burguesa industrial, revelando falsa consciência de classe dos empresários brasileiros nessa fase, foi realizada por Fernando Henrique Cardoso (1964). Além dos trabalhos de Eli Diniz e Renato Boschi já citados, é importante assinalar os trabalhos de Luciano Martins (1968), de Fernando Prestes Motta (1979) e os meus (1963, 1968, 1974). O que é preciso assinalar, entretanto, é a mudança em marcha na ideologia burguesa, na medida em que o capital industrial torna-se dominante.

que a Revolução de 1930 marca a decadência da burguesia agrário-mercantil. Mas, na nova composição de forças que se estabelece então, a burguesia é ainda um sócio menor. O latifúndio substituidor de importações (ao invés de exportador) assume o comando político nacional.<sup>15</sup> A Revolução de 1964 não altera esse quadro. O latifúndio e o capitalismo mercantil, especulativo, comercial e bancário continuam dominantes; a burguesia industrial permanece como sócio menor. As grandes mudanças de 1964 consistem na unidade da burguesia sob a égide do capital monopolista, na exclusão dos trabalhadores e na incorporação da tecnoburocracia estatal no pacto político.

Mas a burguesia industrial crescia, acumulava capital, a uma taxa muito maior do que as outras burguesias, durante todo o período, desde 1930, passando por 1964. O capital industrial tornava-se dominante economicamente; podia agora pretender a hegemonia política. E em 1973-74, quando o regime capitalista-tecnoburocrático entra em crise econômica, a crise política subsequente e o processo de democratização derivam, portanto, de um projeto burguês (industrial) de hegemonia política. Trabalhadores, intelectuais de esquerda, estudantes, Igreja há muito lutavam pelo restabelecimento da democracia no Brasil. O fato novo que vem alterar o equilíbrio de força é a adesão do capital industrial e particularmente do capital industrial competitivo ao projeto democrático. Nesse momento a burguesia, que já era ideologicamente hegemônica, passa também a pretender a hegemonia política. Além de classe dominante, pretende também transformar-se em classe dirigente, e assim sacudir a tutela tecnoburocrático-militar.<sup>16</sup>

O fato estrutural novo reside exatamente neste caráter dominante do capital industrial. A burguesia industrial apropria-se do excedente econômico através da mais-valia relativa, ou seja, através de troca de equivalentes no mercado (força de trabalho por mercadorias), e pode assim realizar lucros sem recorrer diretamente à força. Por isso, e desde que se sinta politicamente segura, ela pode, ao contrário da burguesia mercantil, dispensar o uso direto da

(15) Ver a respeito a contribuição fundamental e ousada de Ignácio Rangel (1981).

(16) Luciano Martins também parte da constatação da hegemonia burguesa no Brasil para afirmar: "Se o regime autoritário (assim como o 'modelo' econômico) foi instrumental para a implementação e generalização dessa ordem capitalista, ele tende agora a tornar-se, e cada vez mais, uma ameaça à segurança dela". (1981)

força estatal. Pode, portanto, ser razoavelmente democrática. E pode propor, como de fato propôs a partir de 1977, um pacto social democrático aos trabalhadores. O recurso ao autoritarismo, que foi funcional para a burguesia brasileira a partir de 1964 em função da instabilidade política então vigente e da necessidade típica dos países retardatários de aumentar a taxa de acumulação, deixou de sê-lo. O capital industrial não apenas alcançou uma taxa de acumulação "satisfatória" (mais de 20% do produto), mas também já consegue se reproduzir através do mecanismo clássico da mais-valia relativa, tornando insubsistentes as teorias que atribuem ao capitalismo brasileiro um caráter autoritário por ser retardatário.<sup>17</sup>

Isto não significa, entretanto, que a burguesia industrial brasileira seja necessariamente democrática. Ela o seria se a apropriação do excedente se realizasse exclusivamente pelo mecanismo da mais-valia. No Brasil, entretanto, este não é o caso, dada a enorme participação do Estado na economia. Esta participação está próxima a 50% do PIB, considerados inclusive os estados, os municípios e as empresas públicas.<sup>18</sup> Ora, neste caso as formas de apropriação do excedente via acumulação primitiva (subsídios e favores de todos os tipos) continuam essenciais, e conduzem uma parte da própria burguesia industrial a se manter autoritária para poder gozar desses favores sem maiores controles.

Estabelece-se, assim, um curioso paradoxo. Essa burguesia costuma acusar a tecnoburocracia estatal de estatizante e autoritária, mas na verdade é a dimensão do aparelho econômico estatal e a possibilidade que tem esse Estado de dividir o excedente em favor da alta burguesia e portanto do capital monopolista que tende a torná-la autoritária.

Diante desse raciocínio conclui-se que a burguesia industrial não diretamente ligada ao aparelho do Estado tende a ser democrática; esta corresponde à média burguesia ou à burguesia competitiva. Em contraposição, a grande burguesia ou a burguesia mono-

(17) Observe-se que essa interpretação não apenas se choca frontalmente com a interpretação da superexploração imperialista, mas também é incompatível com a estimulante análise de Octávio Guilherme Velho (1976), que atribui ao capitalismo brasileiro um caráter autoritário, porque aqui não se realizou uma verdadeira revolução burguesa. Esta teoria tem como ponto de referência o caráter autoritário das revoluções capitalistas tardias. O que é preciso assinalar, entretanto, é que esse autoritarismo é historicamente transitório.

(18) Segundo cálculos de Baer, Kerstenetzky e Villela (1973: 905), a produção estatal corresponde a 50% do PIB. Carlos von Doellinger calculou essa porcentagem em 46% (1981).

polista, na medida em que depende de encomendas, incentivos e subsídios do Estado, tende ao autoritarismo. O grande Estado tecnoburocrático-capitalista torna assim uma parte da burguesia autoritária. E a tecnoburocracia militar e civil, neste caso, transforma-se em instrumento desse autoritarismo da alta burguesia monopolista, ao invés de agente autônomo do autoritarismo, como pretende a ideologia burguesa.

Se esta análise for correta, o que resta saber é qual burguesia é hegemônica ideologicamente no Brasil. Provavelmente esta hegemonia, apesar do grande peso econômico do Estado, cabe à média burguesia competitiva e aos setores da grande burguesia não dependentes do Estado. Compreende-se, assim, a nítida tendência da burguesia brasileira em direção à democracia, verificada a partir de 1975 e principalmente de 1977, quando se estabelece o que estou denominando de “pacto social-democrático de 1977”. Mas é preciso admitir que essa tendência não está plenamente assegurada.<sup>19</sup>

Esse pacto social, estabelecido em 1977, logo após o golpe autoritário representado pelo “pacote de abril”, está ainda em vigor. Não foi escrito. Poucos têm clara consciência dele. Mas está baseado não em uma aliança política entre a burguesia industrial e os trabalhadores (isto constituiria uma reedição do pacto populista) mas na aceitação de três idéias-chave por ambas as partes: 1) democracia, que interessa a todos; 2) manutenção do capitalismo, que é fundamental para a burguesia; 3) distribuição moderada da renda, que interessa aos trabalhadores.<sup>20</sup> É um pacto que não impede a luta de classes, que não inviabiliza nem é contraditória com partidos puramente trabalhadores, como o PT, mas que estabelece as bases reais, embora ainda inseguras, de uma democracia burguesa no Brasil semelhante à existente nos países capitalistas centrais, em que a luta de classes é travada dentro de um quadro institucional relativamente estável.

## Conclusão

Estas seis interpretações sobre o Brasil não pretendem exaurir a enorme riqueza de estudos e interpretações que foram realizados

(19) Bolivar Lamounier, que vem procurando analisar o processo de abertura política através de diversos trabalhos (1979, 1981), fez uma crítica significativa desta interpretação, procurando estabelecer seus limites teóricos (1980).

(20) Ver, a respeito, Bresser Pereira (1981a e 1981b).

sobre o Brasil nos últimos anos. Entre as três interpretações de esquerda, excluída a última, ainda em embrião, a da superexploração imperialista é a mais de esquerda e a menos plausível; a funcional-capitalista fica no meio-termo ideológico, prejudicada pelo caráter emocional de sua colocação inicial; já a interpretação da nova dependência inclui socialistas democratas e social-democratas ao mesmo tempo que apresenta uma análise mais realista do Brasil. As duas primeiras são basicamente marxistas. A terceira tem fortes influências marxistas, mas inclui autores não-marxistas como Celso Furtado. Todas são profundamente críticas da interpretação autoritário-modernizante.

Por outro lado, nenhuma delas, muito menos a autoritário-modernizante, se aproxima de uma interpretação liberal. Na verdade e significativamente não existe uma interpretação liberal no Brasil. A burguesia industrial às vezes tenta caminhar nessa direção mas até agora não foi bem-sucedida nesse intento. Existem interpretações democráticas, como é o caso da funcional-capitalista e da nova dependência. Mas essas interpretações não são liberais porque não confundem democracia com liberalismo. Esta é uma confusão que os defensores vulgares do capitalismo costumam fazer, mas que no Brasil não chega a se constituir em uma interpretação liberal-burguesa, dada a sua indigência teórica e a falta de intelectuais com capacidade de formulá-la.

A interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial, por outro lado, é uma interpretação de base marxista, que busca detectar as novas tendências do capitalismo no Brasil, em um momento em que a sua integração com o capital internacional através da inclusão do Brasil como um parceiro ainda que menor entre os países industriais centrais parece em estágio adiantado. Isso não impede que o Brasil permaneça subdesenvolvido, dependente, marcado por profundos desequilíbrios estruturais. Mas, transformado em um dos grandes países exportadores dos produtos manufaturados do mundo, o Brasil tende a ser admitido no clube dos países capitalistas centrais, sob a égide do capital industrial local e do capital multinacional. É provavelmente dentro de um quadro desse tipo que deverá se travar a luta de classes no Brasil, e que se poderá caminhar, a médio prazo, para um socialismo democrático e autogestionário.